

ASSINATURA DO CANDIDATO

ECONOMISTA

Conhecimentos Gerais (Questões de 01 a 30)
Conhecimentos Específicos (Questões de 31 a 50)

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO.
AGUARDE PERMISSÃO PARA INICIAR A PROVA.

INSTRUÇÕES

1. Leia as instruções atentamente antes de iniciar a prova. Siga-as rigorosamente, pois integram as normas do concurso e deste Edital.
2. As provas terão a duração de 4 horas, incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
3. Enquanto aguarda, verifique se o seu nome, número de inscrição e cargo pretendido correspondem àqueles da etiqueta afixada na carteira na qual você está sentado e na etiqueta afixada na capa deste Caderno de Provas. Caso haja algum problema, comunique ao aplicador.
4. Assine o Caderno de Provas.
5. Após a autorização do aplicador para o início das provas, verifique se há falhas em seu Caderno de Provas. Caso sejam constatadas quaisquer irregularidades, informe imediatamente ao aplicador. É de sua inteira responsabilidade eventuais prejuízos causados pela não observância deste item.
6. Verifique se as questões deste Caderno estão numeradas de 01 a 30 (Prova de Conhecimentos Gerais) e de 31 a 50 (Prova de Conhecimentos Específicos). Caso haja algum problema, solicite a substituição do caderno.
7. Você deverá permanecer na sala de realização das provas por, no mínimo 60 minutos após o início da aplicação das provas.
8. Você receberá um cartão-resposta no qual deverá transcrever as respostas das provas. Confira o seu nome, número de inscrição, o número do documento de identidade, o cargo pretendido e, em caso de divergência, comunique ao aplicador.
9. Assine o cartão-resposta.
10. Siga cuidadosamente todas as instruções contidas no cartão-resposta, sob pena de ser eliminado do concurso, uma vez que será o único documento válido para a correção das provas.
11. O cartão-resposta não poderá ser rasurado, dobrado, amassado ou danificado, e, em hipótese alguma, será substituído, a não ser por falha de organização do concurso.
12. Será atribuído valor 0 (zero) à questão em branco, à questão errada e à questão em que houver mais de uma alternativa marcada, mesmo que uma das alternativas esteja correta.
13. Marcações diferentes da estabelecida ou rasuras no formulário de respostas poderão acarretar a anulação da questão durante a leitura eletrônica.
14. Não serão levados em consideração os rascunhos de questões.
15. As assinaturas no Caderno de Provas, na lista de presença e no cartão-resposta, são de sua inteira responsabilidade.
16. Ao terminar as provas, você deverá entregar obrigatoriamente ao aplicador o cartão-resposta e o Caderno de Provas. Para isso, levante o braço para chamar a atenção dos aplicadores. Eles irão até você para recolher o Caderno de Provas e o cartão-resposta devidamente assinados e preenchidos.
17. A devolução do Caderno de Provas e do cartão-resposta ao aplicador é de inteira responsabilidade do candidato.
18. Você não poderá levar o Caderno de Provas, no entanto, poderá levar a folha de rascunho do gabarito para posterior conferência.
19. Os 2 (dois) últimos candidatos a permanecerem na sala somente poderão retirar-se do local simultaneamente para garantir a lisura nos procedimentos de aplicação do concurso.
20. O candidato que finalizar e entregar as provas antes do término do horário previsto não poderá mais fazer uso das instalações sanitárias do local da prova.
21. A divulgação do Caderno de Provas e do gabarito dar-se-á a partir de 24 horas, após o término das provas, no endereço eletrônico <http://www.unifal-mg.edu.br/progepe/concursosotae>. Não serão fornecidos gabaritos por *e-mail*, fax ou telefone.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA O TEXTO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 05.

Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro: 1964

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, comunistas e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país. No Brasil, ela era aguçada e aprofundada pela radicalização de João Goulart, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice, pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros. Obteve, então, os poderes plenos do presidencialismo. Transferir parcela substancial do poder do Executivo ao Congresso havia sido condição exigida pelos militares para a posse de Jango, um dos herdeiros do trabalhismo varguista. Naquele tempo, votava-se no vice-presidente separadamente. Daí o resultado de uma combinação ideológica contraditória e fonte permanente de tensões: o presidente da UDN e o vice do PTB. A renúncia de Jânio acendeu o rastilho da crise institucional.

A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de “base” “na lei ou na marra”. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Ancelmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu.

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966.

O desenrolar da “revolução” é conhecido. Não houve as eleições. Os militares ficaram no poder 21 anos, até saírem em 1985, com a posse de José Sarney, vice do presidente Tancredo Neves, eleito ainda pelo voto indireto, falecido antes de receber a faixa.

No ano em que o movimento dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página. Trata-se de um documento revelador. Nele, ressaltava a

3
Universidade Federal de Alfenas
Concurso Público – Economista - Edital nº 140/2013

atitude de Geisel, em 13 de outubro de 1978, que extinguiu todos os atos institucionais, o principal deles o AI5, restabeleceu o habeas corpus e a independência da magistratura e revogou o Decreto-Lei 477, base das intervenções do regime no meio universitário.

Destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara a sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana. E, ainda, revelava que a relação de apoio editorial ao regime, embora duradoura, não fora todo o tempo tranquila. Nas palavras dele: “Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da revolução], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, ‘por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários.”

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares.

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos “comunistas” que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas institucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país.

À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>> Acesso em: 7 set. 2013. (Fragmento)

QUESTÃO 01

O gênero textual editorial expressa a opinião do jornal em concordância com sua ideologia. Pela organização das informações expostas no editorial em análise, infere-se que o editor defende qual tese?

- a) A participação do povo foi o critério usado pelo O GLOBO ao apoiar, editorialmente, a Revolução de 64.
- b) A ratificação ao apoio dado pelos editores do O GLOBO à época da Revolução de 64, decorrente daquele cenário.
- c) O compromisso com a verdade e com a democracia autorizou que o O GLOBO apoiasse a Revolução de 64.
- d) O apoio do O GLOBO à Revolução de 64 é justificável, pois mudou os rumos do Brasil ao garantir a democracia no território brasileiro.
- e) A Revolução de 1964 instaurou muitas incertezas no cenário político brasileiro, sendo necessários a intervenção imediata e o apoio do O GLOBO.

QUESTÃO 02

O editor afirma que **revolução** é o termo adotado pelo O GLOBO durante muito tempo. A opção por “Revolução” em vez de “Golpe de 64” para nomear o fato histórico evidencia que adoção do termo:

- a) “Revolução de 64” possibilitaria o enfrentamento da opinião pública contrária ao movimento.
- b) “Revolução de 64” daria maior clareza aos leitores da intervenção militar naquele momento.
- c) “Golpe de 64” denunciaria os reais interesses das Organizações Globo.
- d) “Golpe de 64” iria de encontro ao apoio ao movimento de 1964.
- e) “Revolução de 64” revelaria a imparcialidade do jornal.

QUESTÃO 03

Diversos fatos ocorridos no Brasil nas últimas décadas são citados pelo editor. O primeiro parágrafo se refere às manifestações de populares em 2013 que repudiaram a influência das Organizações Globo no país, dificultaram a ação de muitos repórteres da Rede Globo e protestaram diante de sua sede e regionais e também nas redes sociais. Qual expressão proverbial pode ser usada para resumir a crítica dos manifestantes à Rede Globo, os quais são referenciados no editorial com o pronome “lhes”?

- a) “Maior a importância da pessoa, maior a crítica recebida.”
- b) “Nunca se esquecem as lições aprendidas na dor.”
- c) “A melhor defesa é o ataque.”
- d) “Teu passado te condena.”
- e) “A inveja mata.”

QUESTÃO 04

A seleção de articuladores textuais é feita conforme a orientação argumentativa do editor. Ao organizar informações para a defesa de sua tese, o editor procura:

- a) Descrevê-las a partir das impressões daqueles que hoje são contrários ao golpe.
- b) Situar-las no espaço e no tempo para explicar que o apoio à intervenção militar foi um erro inevitável.
- c) Compreendê-las com base na análise crítica de fatos históricos que antecederam a intervenção dos militares.
- d) Relacioná-las à instauração da ditadura no Brasil a fim de defender a ruptura institucional do o globo com o golpe.
- e) Citá-las como forma de demonstrar seu conhecimento de fatos históricos ocorridos no Brasil nas cinco últimas décadas.

QUESTÃO 05

No fragmento “Naqueles instantes, **justificavam** a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe (...)”, o uso do verbo na 3ª pessoa do plural evidencia que o editor, para fortalecer sua tese, faz a concordância do verbo em destaque com:

- a) O sujeito indeterminado, no plural, pois confirma que O Globo errou em apoiar editorialmente o golpe militar.
- b) O sujeito composto, expresso no texto, pois relata que o apoio ao golpe de 64 recebeu o apoio de diferentes segmentos da sociedade.
- c) O sujeito simples, no plural, presente na voz passiva pronominal, pois busca dar menor destaque àqueles que apoiaram a intervenção militar.
- d) O sujeito simples, no plural, pois intenta relacionar o erro do O Globo ao temor dos militares e à sua justificável intervenção naquele momento histórico.
- e) O sujeito oracional, concordando com as orações citadas anteriormente, pois deseja ressaltar a participação de outros meios de comunicação no apoio ao golpe.

QUESTÃO 06

Diversas situações formais de comunicação exigem a variedade padrão da língua portuguesa. Para tanto, a gramática normativa dessa variedade deve ser seguida, em especial, no serviço público, no qual o uso da escrita é recorrente. Em cada alternativa, há duas sentenças. A 1ª foi extraída do texto. A 2ª foi modificada livremente. Em qual par de sentenças as regras dessa gramática foram totalmente observadas?

- a) I – “O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns”.
II – O GLOBO, de fato, à época, concordou e discordou da intervenção dos militares em momentos diversos.
- b) I – “Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe”.
II - Naqueles instantes, justificavam ela pelo receio de um outro golpe.
- c) I – “Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro”.
II - Ela é o mais poderoso subterfúgio de que o homem conquistou para seguir com segurança rumo ao futuro.
- d) I – “Transferir parcela substancial do poder do Executivo ao Congresso havia sido condição exigida pelos militares para a posse de Jango”.
II - Transferí-la do poder do Executivo ao Congresso havia sido o requisito exigido pelos militares para a posse de Jango.
- e) I – “São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor”.
II - São bastantes os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhá-los.

LEIA A SITUAÇÃO-PROBLEMA A SEGUIR PARA RESOLVER ÀS QUESTÕES DE 07 A 09.

O Manual de Redação Oficial da Presidência da República tem como objetivo a padronização dos diferentes gêneros textuais que circulam em órgãos públicos. O Diretor de uma Unidade Acadêmica de uma Universidade Federal solicitou ao servidor João da Silva que elaborasse uma comunicação oficial, dirigida ao Diretor-geral do O GLOBO, pois um grupo de docentes e discentes propôs um projeto de pesquisa sobre o Brasil (1964-1994). Para tanto, necessitam de autorização para acesso aos documentos arquivados no periódico.

QUESTÃO 07

Ao receber a 1ª versão da comunicação a ser enviada ao Diretor-geral de o GLOBO, o Diretor da Unidade Acadêmica acrescentou, no início do primeiro parágrafo, o fragmento “Vimos por meio deste solicitar ...”. De acordo com o Manual da Presidência da República, esse acréscimo:

- a) Garante um maior entendimento do texto, pois é a forma usual de se iniciar uma comunicação oficial.
- b) Comprova o suporte por meio do qual a comunicação oficial foi enviada ao periódico.
- c) Padroniza a comunicação, pois faz uso da variedade padrão da língua portuguesa.
- d) Atende às diretrizes de normalização e padronização dos gêneros textuais oficiais.
- e) Fere o princípio da concisão, pois é desnecessário no texto.

QUESTÃO 08

Para atender às exigências do Diretor, o gênero textual a ser elaborado pelo servidor é:

- a) Exposição de motivos, pois tem a apresentação do padrão ofício, sendo possível propor projetos de pesquisa.
- b) Ofício, pois é forma de comunicação oficial entre diferentes órgãos públicos e de um órgão público com uma instituição privada.
- c) Memorando, pois tem caráter meramente administrativo, sendo empregado para a exposição de projetos, ideias, diretrizes, etc. pelas unidades acadêmicas.
- d) Aviso, pois sendo o emissor uma Universidade Federal, representada pelo Diretor de uma Unidade Acadêmica, tem por finalidade a obtenção de informações oficiais.
- e) Correio eletrônico (“e-mail”), pois, por seu baixo custo e celeridade, tornou-se a principal forma de comunicação para transmissão de documentos, tais como o envio de projetos.

QUESTÃO 09

Após a análise do pedido do Diretor da Unidade Acadêmica, o Diretor-geral do periódico encaminhou a resposta equivocadamente ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal. A forma de tratamento adequada para se dirigir formalmente ao Pró-Reitor é:

- a) Senhor Pró-Reitor.
- b) Magnífico Pró-Reitor.
- c) Ilustríssimo Pró-Reitor.
- d) Digníssimo Pró-Reitor.
- e) Excelentíssimo Pró-Reitor.

QUESTÃO 10

No envelope, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, terá a seguinte forma:

- a) A Sua Excelência o Senhor
Itamar Moreira Andrade
Vereador da Câmara Municipal de Alfenas
Avenida Brasil, 1000.
37103-000 – Alfenas – MG

- b) A Sua Excelência o Senhor
Roberto Marinho
Presidente das Organizações Globo
Avenida Brasil, 1000.
04583-115 - São Paulo - SP

- c) A Sua Excelência o Senhor
Ernesto Beckmann Geisel
Ministro do Superior Tribunal Militar
Avenida Brasil, 1000.
20270-000 – Rio de Janeiro – RJ

- d) A Sua Excelência o Senhor
João Mário da Silva
Vice-Presidente das Indústrias T&A
Avenida Brasil, 1000.
70064-900 – Brasília – DF

- e) A Sua Excelência o Senhor
Juscelino de Oliveira e Silva
Prefeito do Campus Universitário - CBH
Avenida Brasil, 1000.
30130-003 – Belo Horizonte – MG

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

Os servidores públicos federais que ingressaram no serviço público federal após 31 de dezembro de 2003 têm sua aposentadoria prevista no art. 40 da Constituição Federal. Observando as regras vigentes sobre o regime de previdência desses servidores, infere-se que:

- a) Aposentar-se-ão, voluntariamente com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- b) Aposentar-se-ão, por idade e com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) Aposentar-se-ão, compulsoriamente e com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- d) Aposentar-se-ão, voluntariamente e com a totalidade da remuneração, com 53 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 48 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, desde que cumpridos o tempo mínimo de 20 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- e) Aposentar-se-ão, voluntariamente e com proventos integrais, com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, desde que cumpridos o tempo mínimo de 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos na carreira e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

10
Universidade Federal de Alfenas
Concurso Público – Economista - Edital nº 140/2013

QUESTÃO 12

Considerando o disposto na Lei nº 8.112/90 sobre o regime disciplinar, infere-se que a referida lei foi aplicada corretamente em qual situação?

- a) O servidor público demitido, por meio de regular processo administrativo, por ter utilizado recursos materiais da repartição em atividades particulares, não poderá ser responsabilizado no âmbito penal, pois a sanção aplicada no âmbito administrativo esgota a aplicação de qualquer outra penalidade.
- b) João Souza, servidor público federal, negou-se publicamente, em agosto de 2012, a atender a solicitação do setor de Gestão de Pessoas para atualizar seus dados cadastrais. Decorrido um ano, o setor de Gestão de Pessoas pretende abrir sindicância para apurar a infração cometida por João da Silva, que poderá ser penalizada com suspensão de até 90 dias.
- c) José Souza, Pró-Reitor de Administração em uma Universidade Federal, abordou Amaral dos Santos, seu subordinado hierárquico, dizendo que a sua indicação para o exercício da função de confiança de gerente da divisão de patrimônio, cuja escolha compete ao Pró-Reitor de Administração, está condicionada à filiação de Amaral ao sindicato da categoria.
- d) O servidor ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Serviços Gerais de uma Universidade poderá exercer, cumulativamente, o cargo de Pró-Reitor de Administração na mesma Universidade, pelo período de férias do servidor que ocupa do cargo de Pró-Reitor de Administração, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um dos cargos durante o período.
- e) João da Silva é servidor inativo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), onde ocupou o cargo de economista, e foi aprovado em primeiro lugar no concurso público para o cargo de economista em uma Universidade Federal. Uma vez nomeado, João poderá tomar posse e entrar em exercício no cargo de economista, na Universidade Federal, e continuar recebendo os proventos da aposentadoria referente ao cargo de economista do INSS, pois a proibição de acúmulo de cargos nesse caso somente se dá na atividade.

II
Universidade Federal de Alfenas
Concurso Público – Economista - Edital nº 140/2013

QUESTÃO 13

João da Silva, servidor público federal, exerce suas funções no setor de Gestão de Pessoas. Por solicitação de sua chefia imediata, participou de um treinamento sobre processo administrativo no âmbito federal. Seguindo a metodologia do curso ministrado, no repasse dessas informações, João procurou dar exemplos, apresentando situações concretas, passíveis de serem observadas no serviço público. Contudo, observando o disposto na Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, que informação abaixo, repassada por João da Silva, contraria o respectivo diploma legal?

- a) Um servidor que esteja interessado em dar início a um processo administrativo deve, em seu requerimento inicial, fazê-lo por escrito. Contudo, há casos em que a lei admite fazê-lo oralmente.
- b) Um servidor deu início a um processo administrativo. No curso deste, resolveu desistir totalmente do pedido formulado, mas a Administração deu prosseguimento ao processo por considerar haver interesse público em seu deslinde.
- c) A Comissão ficará impedida de praticar atos do processo após o horário normal de expediente dos órgãos, visto que estes devem ser realizados em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
- d) A Comissão, tendo concluído totalmente a instrução do processo administrativo, fará o seu encaminhamento à Administração, a qual terá o prazo de até 30 dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- e) Um servidor foi designado para compor comissão de processo administrativo contra um outro servidor, sendo esse seu parente de terceiro grau. Segundo a lei, este servidor está impedido de atuar por essa relação de parentesco com aquele outro.

QUESTÃO 14

O inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) estabelece que: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Sobre as nomeações para cargos em comissão, o Supremo Tribunal Federal (STF) editou a Súmula Vinculante nº 13, com a seguinte redação: a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

A prática de nepotismo, descrita na Súmula Vinculante nº 13 do STF, viola quais princípios da Administração Pública previstos na CRFB/88?

- a) Eficiência e legalidade.
- b) Publicidade e legalidade.
- c) Economicidade e eficiência.
- d) Moralidade e impessoalidade.
- e) Impessoalidade e publicidade.

QUESTÃO 15

João, aprovado em concurso público para exercer suas funções de Técnico Administrativo em Educação, no cargo Administrador, nível E, foi devidamente empossado e está em pleno exercício desde janeiro de 2011, desenvolvendo suas atribuições em determinada Universidade Federal. É sabido que o Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação prevê, depois de certo interstício de tempo, duas progressões: por capacitação profissional mediante apresentação de certificação em programa de capacitação com carga horária mínima exigida e por mérito profissional mediante resultado fixado em programa de avaliação de desempenho. Sabendo disso e embasado na lei 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, João resolve pleitear sua 1ª progressão por capacitação profissional apresentando a carga horária mínima exigida para o cargo, bem como progressão por mérito profissional. Que requisitos foram observados para que João obtivesse as progressões almeçadas?

- a) 24 meses e 120 horas de certificação em programa de capacitação, não podendo acumular cursos para progressão por capacitação profissional e 24 meses de efetivo exercício para progressão por mérito profissional.
- b) 18 meses e 120 horas de certificação em programa de capacitação, não podendo acumular cursos para progressão por capacitação profissional e 18 meses de efetivo exercício para progressão por mérito profissional.
- c) 18 meses e 120 horas de certificação em programa de capacitação podendo acumular cursos com carga horária mínima de 20 horas-aula para progressão por capacitação profissional e 18 meses de efetivo exercício para progressão por mérito profissional.
- d) 18 meses e 90 horas de certificação em programa de capacitação podendo acumular cursos com carga horária mínima de 20 horas-aula para progressão por capacitação profissional e 24 meses de efetivo exercício para progressão por mérito profissional.
- e) 24 meses e 90 horas de certificação em programa de capacitação podendo acumular cursos com carga horária mínima de 20 horas-aula para progressão por capacitação profissional e 24 meses de efetivo exercício para progressão por mérito profissional.

QUESTÃO 16

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas de uma Universidade Federal recebeu dois requerimentos de licença a saber:

I – Por motivo de doença em pessoa da família pelo prazo de 90 dias consecutivos, com remuneração, formulado pela servidora Maria da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, com três anos e seis meses de efetivo exercício, já aprovada no estágio probatório.

II – Para tratar de interesse particular pelo prazo de dois anos consecutivos, sem remuneração, formulado pela servidora Joana dos Santos, ocupante do cargo de Assistente em Administração, com dois anos e três meses de efetivo exercício.

Considerando o disposto na Lei nº 8.112/90 sobre a concessão das licenças, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas deverá se manifestar:

- a) Desfavorável aos dois requerimentos, porém, com relação ao requerimento I, concedendo a opção à servidora Maria da Silva de licenciar-se pelo prazo requerido sem remuneração; com relação ao requerimento II, por considerá-lo contrário ao interesse da Administração, embora Joana dos Santos preencha os requisitos legais para a obtenção da licença requerida.
- b) Favorável ao requerimento I, tendo em vista que o prazo para concessão da licença, com remuneração, por motivo de doença em pessoa da família não poderá exceder a 100 dias, e desfavorável ao requerimento II, tendo em vista que a licença para tratar de interesses particulares só pode ser concedida ao servidor estável.
- c) Favorável aos dois requerimentos, tendo em vista que o prazo para licença por motivo de doença em pessoa da família é de 12 meses, e a licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida ao servidor com mais de dois anos de efetivo exercício, prazo em que se encerra o período do estágio probatório.
- d) Favorável aos dois requerimentos, uma vez que o prazo para licença por motivo de doença em pessoa da família, com remuneração, é de, no máximo, 90 dias, e a licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida para servidores em estágio probatório, desde que no interesse da Administração.
- e) Desfavorável aos dois pedidos, uma vez que o prazo para licença por motivo de doença na família, com remuneração, não poderá exceder a sessenta dias, e não se pode conceder licença para tratar de interesse particular ao servidor em estágio probatório.

QUESTÃO 17

A Reforma do Estado, que culminou na Emenda Constitucional nº 19/98, inclui na Constituição da República Federativa do Brasil regras como:

Art. 41. [...]

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Art. 37 [...]

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

Tais regras decorrem de qual princípio da Administração Pública?

- a) Impessoalidade.
- b) Razoabilidade.
- c) Publicidade.
- d) Moralidade.
- e) Eficiência.

QUESTÃO 18

O Regimento Geral é um dos documentos que estabelecem a estrutura, a competência, a integração e o funcionamento dos órgãos componentes da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). De acordo com esse documento, a escolha da representação dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) para o Conselho Universitário (CONSUNI) e para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) se dará de qual forma?

- a) Por indicação do sindicato da categoria.
- b) Por eleição, mediante voto direto, universal e secreto.
- c) Por indicação da Reitoria, a partir de uma lista indicada pelos TAE.
- d) Por voto indireto, secreto e universal, pelos demais membros do CONSUNI e CEPE.
- e) Por eleição, conforme regras definidas pelas Unidades Acadêmicas de lotação dos servidores.

QUESTÃO 19

João da Silva, servidor público de uma Universidade Federal, ocupante do cargo de Assistente em Administração, foi demitido por abandono de cargo, uma vez que teria se ausentado intencionalmente do serviço por 40 dias consecutivos. Ao tomar ciência da publicação da sua demissão, João da Silva ingressou com uma ação judicial cabível requerendo a anulação do processo administrativo disciplinar que culminou com a aplicação da penalidade de sua demissão, por violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, alegando que não fora citado para tomar conhecimento da acusação e apresentar defesa. Comprovada a ausência de citação do servidor no processo disciplinar, o Poder Judiciário anulou o processo administrativo disciplinar e determinou seu retorno imediato ao serviço. Considerando que a demissão é uma das espécies de vacância do cargo público, nos termos da Lei nº 8.112/90, o provimento do cargo, com o retorno de João da Silva ao serviço na Universidade Federal em que exercia suas atribuições, por invalidação da demissão por decisão judicial, dar-se-á pelo instituto da:

- a) Reintegração, com ressarcimento de todas as vantagens.
- b) Redistribuição, considerando o tempo de serviço anterior.
- c) Reversão, com a remuneração do cargo que voltar a exercer.
- d) Nomeação, com o enquadramento do servidor no início da carreira.
- e) Readaptação, em cargo de atribuição afim e com equivalência de vencimentos.

QUESTÃO 20

Que situação está em consonância com as regras constitucionais que regem os servidores públicos?

- a) José adquiriu a estabilidade em seu cargo público após passar pelo período de dois anos de estágio probatório.
- b) Joaquim, ocupante do cargo de técnico de laboratório, aposentou-se por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, após ser vítima de acidente de trabalho em que o deixou cego.
- c) Maria ocupa o cargo efetivo de professora em uma Universidade Federal e foi investida no mandato de prefeita do município; nesse caso ela deverá se afastar do cargo efetivo, mas poderá optar em receber a sua remuneração, se for superior ao subsídio de prefeita.
- d) João ocupa o cargo de dentista, cuja jornada de trabalho é das 18h às 22h, no município de Alfenas-MG, e de Assistente em Administração, cuja jornada é das 7h às 11h e das 13h às 17h, na Universidade Federal de Alfenas campus de Alfenas, percebendo a remuneração dos dois cargos.
- e) Mário é servidor público federal ocupante do cargo de médico, cuja carga horária é de 20 horas semanais, exercendo suas funções em Belo Horizonte-MG, e foi eleito deputado estadual. Caso haja compatibilidade de horário, Mário poderá perceber as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 21

Spam é o termo usado para se referir aos *e-mails* não solicitados, que geralmente são enviados para um grande número de pessoas. Um dos principais problemas relacionados ao recebimento de *spam* é:

- a) O não recebimento de outros e-mails.
- b) O monitoramento das atividades do computador.
- c) A propagação do spam para outros computadores.
- d) A permissão de controle do computador por usuário não autorizado.
- e) O compartilhamento de informações com outros aplicativos no computador.

QUESTÃO 22

Um documento protegido de edição foi enviado por um colaborador. João da Silva abriu o arquivo e observou que não foi solicitada qualquer senha para isso. O arquivo foi editado usando o Microsoft Word, salvo com extensão .doc, sendo as teclas de atalho Ctrl-V com funcionalidade de copiar arquivos da área de transferência, Ctrl-C com funcionalidade de copiar arquivos para a área de transferência e Ctrl-A com funcionalidade de selecionar o documento totalmente. José Maria, Chefe da Seção onde João da Silva trabalha, solicitou que fossem feitas algumas modificações no documento. Para atender à solicitação de seu chefe, João da Silva, mesmo sem ter a possibilidade de uso de senha para liberar a edição do arquivo, deverá:

- a) Abrir novo documento em branco, pressionar Ctrl-A, pressionar Ctrl-C e pressionar Ctrl-V.
- b) Abrir documento de interesse, pressionar Ctrl-A, pressionar Ctrl-C, abrir novo documento e pressionar Ctrl-V.
- c) Abrir documento de interesse, pressionar Ctrl-C, pressionar Ctrl-A, abrir novo documento e pressionar Ctrl-V.
- d) Abrir documento de interesse, pressionar Ctrl-A, pressionar Ctrl-V, abrir novo documento e pressionar Ctrl-C.
- e) Abrir documento de interesse, pressionar Ctrl-C, pressionar Ctrl-V, abrir novo documento e pressionar Ctrl-A.

QUESTÃO 23

Imagine que você precisa enviar uma planilha Excel para revisão, porém não deseja que toda a planilha seja alterada pelos revisores de conteúdo, pois tem receio de que alterem acidentalmente sua planilha. Para tanto, você deverá criar restrições de formatação e edição. Assim, visando a restringir sua planilha, na aba Ferramentas, no grupo Proteger, você revisou suas opções de proteção e obteve as seguintes informações: Proteger Planilha, que protege a planilha e o conteúdo de células bloqueadas; Proteger Pasta de Trabalho, que protege a pasta de trabalho na estrutura e no Windows; Proteger e Compartilhar Pasta de Trabalho, que impede a remoção de alterações controladas; Permitir que Usuários Editem Intervalos, que determina os intervalos que podem ser editados. João da Silva, seu colega de trabalho, também quer que a planilha Excel com a qual está trabalhando seja parcialmente editável pelos revisores e solicitou a sua ajuda. Que sequência de atividades você indicaria para que João da Silva executasse?

- a) Na aba Ferramentas, acessar o grupo Proteger, acessando a tarefa Proteger Planilha.
- b) Na aba Ferramentas, acessar o grupo Proteger Planilha Excel, acessando a tarefa Proteger Planilha.
- c) Na aba Ferramentas, acessar o grupo Proteger, acessando a tarefa Permitir que Usuários Editem Planilhas.
- d) Na aba Ferramentas, acessar o grupo Proteger, acessando a tarefa Impedir que Usuários Editem Intervalos.
- e) Na aba Ferramentas, acessar o grupo Proteger, acessando a tarefa Permitir que Usuários Editem Intervalos.

QUESTÃO 24

Você está navegando pelo Mozilla Firefox em uma página da Internet que contém uma lista com registros de nomes e respectivos CPF. O Chefe da Seção em que você trabalha solicitou que você verificasse um determinado registro nessa lista. Objetivando atender, com rapidez e presteza, ao pedido feito, qual seria a sequência de comandos?

- a) Abrir a barra de pesquisa pressionando o atalho Ctrl+F, digitar o CPF no campo localizar.
- b) Abrir a barra de Favoritos, pressionando o atalho Ctrl+I, digitar o CPF no campo localizar.
- c) Ir para o campo de endereços pressionando o atalho Ctrl+L, digitar o CPF e pressionar Enter.
- d) Abrir a barra localizar em links pressionando ' (aspas simples), digitar o CPF no campo localizar em links.
- e) Ir para o campo de pesquisa pressionando o atalho Ctrl+E, selecionar o mecanismo de busca do Google e digitar o CPF no campo de pesquisa.

QUESTÃO 25

Considerando a planilha contendo as três (3) notas de três (3) alunos de uma turma, feita no OpenOffice- Calc apresentada na figura abaixo.

| | A | B | C | D |
|---|-------|----------|---------|------------|
| 1 | | Biologia | Química | Matemática |
| 2 | Maria | 6 | 2 | 3 |
| 3 | Pedro | 5 | 7 | 2 |
| 4 | João | 7 | 6 | 8 |
| 5 | | | | |

Como critério de avaliação da turma, o professor utiliza a seguinte fórmula na célula D5: $=MÁXIMO(C2:C4)+SE(MÉDIA(B2;D2)>4;5;3)$. Qual será o resultado apresentado na célula D5?

- a) 9.
- b) 10.
- c) 11.
- d) 12.
- e) 13.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

QUESTÃO 26

Ana resolveu emagrecer e então aderiu ao seguinte programa de exercícios físicos: na segunda Ana caminha 1 hora, pedala 1 hora e corre 1 hora queimando um total de 1197 calorias. Na quarta, caminha 1 hora, pedala 2 horas e corre 0,5 hora, queimando 1695 calorias. Na sexta, caminha 1,5 hora, pedala 1 hora e corre 0,5 hora queimando 1151,5 calorias. Considerando a primeira semana de exercícios, quantas calorias Ana queimou ao caminhar, ao pedalar e ao correr, respectivamente?

- a) 225, 656, 316.
- b) 1173, 340, 316.
- c) 435,6; 0,03; 996.
- d) 435,6; 234,6; 526,8.
- e) 1099,6; 1093,4; 1190,8.

QUESTÃO 27

Cinco pessoas participaram de um jogo de dardos e lançaram 10 dardos em um alvo. Os acertos obtidos foram: 5,1,3,5 e 7. Sendo X o conjunto formado pelos números de acertos, quais são as médias de X em ordem decrescente?

- a) Média Geométrica, Média Aritmética, Mediana.
- b) Média Geométrica, Mediana, Média Aritmética.
- c) Mediana, Média Aritmética, Média Geométrica.
- d) Média Aritmética, Mediana, Média Geométrica.
- e) Média Aritmética, Média Geométrica, Mediana.

QUESTÃO 28

Um estudo realizado constatou que a respiração do macaco Gibão encontrado nas florestas da Ásia obedece a um ciclo que começa pela inalação e acaba pela exalação, levando cerca de 4 segundos. A taxa máxima do fluxo de ar que o macaco é capaz de absorver é de cerca de 0,2 L/s. Supondo que a função $f(t) = \frac{dV}{dt} = \frac{1}{3} \operatorname{sen}\left(\frac{3\pi t}{5}\right)$ modele a taxa de fluxo de ar que o macaco Gibão inala, o volume de ar inalado pelo macaco num instante de tempo t qualquer está adequadamente representado em?

- a) $\frac{1}{5} \cos(\pi t)$
- b) $\frac{-1}{5} \cos(\pi t)$
- c) $\frac{5}{9\pi} \left[1 - \cos\left(\frac{3\pi t}{5}\right) \right]$
- d) $\frac{-\pi}{5} \left[\cos\left(\frac{3\pi t}{5}\right) + 1 \right]$
- e) $\frac{5}{9\pi} \left[\cos\left(\frac{3\pi t}{5}\right) - 1 \right]$

QUESTÃO 29

Uma plataforma petrolífera no mar está a 30 km da praia, considerando o ponto mais próximo em linha reta. O gás natural produzido na plataforma precisa ser levado até uma usina termelétrica que se situa na praia a uma distância de 50 km da plataforma. Assim o gás natural é transportado através de um gasoduto pelo mar até um ponto P na praia e, em seguida, por um gasoduto colocado ao longo da praia. Sabe-se que o custo de construção do gasoduto no mar é de R\$ 2.000.000,00 e que o custo de construção por terra é de R\$ 1.000.000,00. Utilize para os cálculos, caso seja necessário, $\sqrt{2}=1,42$. Qual é o menor custo possível com a construção do gasoduto?

- a) R\$ 50.000.000,00.
- b) R\$ 95.200.000,00.
- c) R\$ 100.000.000,00.
- d) R\$ 105.200.000,00.
- e) R\$ 110.000.000,00.

QUESTÃO 30

O estoque da universidade comprou 900 resmas de papel sulfite e distribuiu para três setores nas quantidades descritas pelo quadro abaixo:

| | Setor A | Setor B | Setor C |
|--------------------------|-----------|-----------|---------|
| Percentual em 900 resmas | 0,1333... | 15^{-2} | 0,25 |

No número 0,1333... o número 3 se repete infinitamente.

Quantas dessas resmas sobraram no estoque?

- a) 554.
- b) 551.
- c) 480.
- d) 477.
- e) 420.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Lei de Responsabilidade Fiscal rege os gastos públicos

Originalmente chamada de Lei Complementar nº 101, é o principal instrumento regulador das contas públicas no país. Entre seus objetivos, estão o estabelecimento de metas, limites e condições para a administração das receitas e das despesas de um estado ou município. A LRF é composta pelo Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que definem parâmetros para a administração pública e permitem analisar a gestão fiscal das esferas executivas e legislativas do poder.

Disponível em: <<http://nominuto.com/noticias/cidades/lei-de-responsabilidade-fiscal-rege-os-gastos-publicos/59063/>>. Acesso em: 02 set. 2013. (Texto adaptado)

O Brasil viveu importante processo inflacionário a partir do final da década de setenta até o início da década de 90. Neste cenário, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Nº 101, de 25/05/2000), dentre outras consequências, contribuiu para:

- a) Incrementar a burocracia brasileira, após o controle da inflação, a partir do Plano Cruzado.
- b) Agravar a má distribuição de renda no Brasil ao elevar a inflação a patamares mais elevados.
- c) Fortalecer o controle e a fiscalização das contas públicas sem, contudo, valorizar o planejamento.
- d) Desencorajar a ação de políticos e administradores corruptos por se tratar de cifras nominais e inflacionadas, mas pouco significativas em termos de valor real.
- e) Dificultar o mascaramento dos resultados das administrações públicas, os quais encobriam a incompetência dos administradores e a má utilização dos recursos públicos.

QUESTÃO 32

No Brasil existem 5 agregados monetários que são classificados segundo sua liquidez. O conceito de meios de pagamento (representado por M0 + M1) inclui, como agregados monetários:

- a) Depósitos à vista nos bancos comerciais + depósitos em cadernetas de poupança.
- b) Títulos públicos em poder do público + depósitos à vista nos bancos comerciais.
- c) Títulos públicos em poder do público + depósitos em caderneta de poupança.
- d) Moeda em poder do público + depósitos à vista nos bancos comerciais.
- e) Moeda em poder do público + depósitos em caderneta de poupança.

QUESTÃO 33

A quantidade demandada em relação a um determinado bem é dada pela expressão $D = 140 - 11p$ e a quantidade ofertada por $S = 10 + 2p$. O governo, assumindo um papel regulador, estabelece um preço mínimo de 11 reais por unidade deste bem. Analisando esse cenário, infere-se que, enquanto estiver em vigor o preço mínimo estabelecido,

- a) A quantidade ofertada será de 30 unidades ao preço mínimo.
- b) A quantidade demandada será de 29 unidades ao preço mínimo.
- c) O preço de equilíbrio no mercado do referido bem será de 12 reais por unidade.
- d) Um excesso de demanda pelo bem existirá da magnitude de 13 unidades.
- e) Um excesso de oferta do bem ocorrerá da magnitude de 13 unidades.

QUESTÃO 34

O modelo do fluxo circular da renda é um dos modelos básicos utilizados para a construção de alguns dos fundamentos da teoria econômica. Consiste numa representação simplificada da economia que mostra sua forma de organização e interação entre seus componentes básicos. Em relação a este modelo, observa-se que as empresas:

- a) Adotam a versão mais simples do modelo para uma economia fechada e mostram as interações desta economia ao resto do mundo.
- b) Remuneram o trabalho com salários e os latifundiários são remunerados com os lucros.
- c) Adquirem no mercado de bens e serviços os fatores de produção de que necessitam.
- d) São compradoras e as famílias são vendedoras no mercado de fatores de produção.
- e) São compradoras e as famílias são vendedoras no mercado de bens e serviços.

QUESTÃO 35

Os princípios econômicos suportam a teoria econômica. Há princípios que explicam como as pessoas tomam suas decisões. Um deles se refere ao critério de decisão pelo qual o agente econômico escolhe determinada alternativa se o benefício atrelado a esta alternativa for maior que o custo atrelado a essa mesma alternativa.

Essas assertivas se referem ao princípio de:

- a) Mercado como organizador da atividade econômica.
- b) Racionalidade e margem.
- c) Escassez de recursos.
- d) Reação a incentivos.
- e) Trade-off.

QUESTÃO 36

Estudos realizados pelo fabricante de um determinado bem x concluíram que a elasticidade-preço da demanda por este bem x é igual a -1,9. Respectivamente, (I) qual é a classificação da demanda e (II) qual é a correta interpretação do resultado para a elasticidade-preço da demanda?

- a) (I) Classificação: demanda inelástica.
(II) Interpretação: para cada 1 % de diminuição no preço do bem x, a quantidade demandada diminuirá 1,9%.
- b) (I) Classificação: demanda unitária.
(II) Interpretação: para cada 1,9% de aumento no preço do bem x, a quantidade demandada diminuirá em 1,9%.
- c) (I) Classificação: demanda inelástica.
(II) Interpretação: para cada 1% de aumento no preço do bem x, a quantidade demandada diminuirá 1,9%.
- d) (I) Classificação: demanda elástica.
(II) Interpretação: para cada 1% de aumento no preço do bem x, a quantidade demandada aumentará 1,9%.
- e) (I) Classificação: demanda elástica.
(II) Interpretação: para cada 1% de aumento no preço do bem x, a quantidade demandada diminuirá em 1,9%.

QUESTÃO 37

O Produto Nacional Líquido (PNL) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos por residentes de um país num dado período de tempo, menos as perdas decorrentes da depreciação. A depreciação é um cálculo contábil que mede o desgaste do estoque de máquinas e equipamentos na economia. Observando essas afirmações, qual é a expressão correta a ser utilizada para se obter o agregado macroeconômico Renda Nacional?

- a) PNL - impostos diretos - impostos indiretos.
- b) PNL - impostos indiretos + subsídios.
- c) PNL + impostos indiretos - subsídios.
- d) PNL - impostos diretos - multas.
- e) PNL + impostos diretos + multas.

QUESTÃO 38

A inflação da economia brasileira ultrapassou os 100% em 1980 e os 200% em 1983. Esse processo de aceleração inflacionária foi muito debatido entre os economistas brasileiros no período. Alguns deles afirmavam que a causa da inflação brasileira decorria das políticas monetárias e fiscais expansionistas, realizadas principalmente durante o “milagre econômico brasileiro” (1968-1973) e a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, sendo este anunciado a partir de 1974. Outros economistas afirmavam que as causas da aceleração inflacionária poderiam ser explicadas pela indexação da economia brasileira a partir de 1964, que possibilitou tanto a convivência dos agentes econômicos com a inflação como também alimentou o processo inflacionário, já que ao indexar os contratos da economia, transferiu para o período presente a inflação passada. Assim, vários Planos econômicos foram postos em prática no Brasil com objetivo de eliminar o processo inflacionário. Observando os Planos de estabilização da economia brasileira implementados entre 1986 e 1989, infere-se que a análise adequada desses planos é:

- a) A principal diferença entre o Plano Cruzado e o Plano Verão era que o primeiro previa congelamento de preços e o segundo um “choque ortodoxo”, sem congelamento.
- b) O diagnóstico dos Planos de estabilização no Brasil era a inflação inercial, ou seja, a inflação passada e a decorrente da baixa flexibilidade da estrutura da economia brasileira.
- c) O Plano Cruzado previa um “choque heterodoxo”, ou seja, um congelamento de preços, que eliminaria a principal causa da inflação no Brasil: o componente inercial.
- d) A aceleração da inflação gerou a necessidade de reforma monetária, que foi realizada no Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e no Plano Verão (1989).
- e) A principal causa do fracasso do Plano Bresser foi a proposta de políticas monetária e fiscal expansionistas, que realimentaram o processo inflacionário.

QUESTÃO 39

Segundo Celso Furtado, a crise de 1929 e a Grande depressão dos anos 1930 promoveram o “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira. No período anterior à crise, o centro dinâmico da economia brasileira estava pautado nas exportações de produtos primários, principalmente o café. Após a crise, o crescimento da economia brasileira foi direcionado para o mercado interno, via processo de industrialização. Ao analisar como ocorreu esse processo na economia brasileira, Furtado explicou que a recuperação da economia brasileira foi mais rápida do que a economia de países desenvolvidos. Isso ocorreu por causa da política de compra e destruição de estoques de café pelo governo brasileiro que gerou renda para o mercado interno, já que as importações tinham ficado mais caras devido à crise no mercado internacional. Ao longo de sua explicação, o economista utilizou o termo “socialização das perdas” para explicar os resultados da política econômica do período. Com esse termo, Furtado quis demonstrar que a política era responsável por um desequilíbrio e a correção desse desequilíbrio se fazia à custa:

- a) de aumento da taxa de juros, elevando o custo do dinheiro no país.
- b) de aumento de impostos, elevando a carga tributária para a população.
- c) de desvalorização cambial, elevando os preços dos artigos importados.
- d) de aumento de emissão de moeda, elevando a inflação para a população.
- e) de aumento de empréstimos externos, elevando a dívida externa brasileira.

QUESTÃO 40

Depois de dez anos de implementação de planos econômicos objetivando a estabilização da economia brasileira, o Plano Real obteve sucesso no combate à inflação. Para alguns analistas, o sucesso do Plano no combate à inflação pode ser explicado pela adoção das seguintes fases: o ajuste fiscal, a indexação completa da economia, com a adoção da unidade real de valor, e a reforma monetária. A análise adequada sobre uma dessas fases é:

- a) A fase inicial do Plano se deu com a implantação do Plano de Ação Imediata (PAI), a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e o Fundo Social de Emergência (FSE).
- b) A reforma monetária com a adoção da nova moeda foi seguida de uma política de *currency board* em que a emissão da moeda estava vinculada às reservas internacionais.
- c) A adoção da nova moeda foi seguida de uma política de câmbio fixo, ou seja, uma âncora cambial que vinculava a emissão de moeda às reservas internacionais.
- d) A unidade real de valor (URV) tinha como objetivo a substituição da antiga moeda, o cruzeiro real, exercendo a função de meio de troca da economia nacional.
- e) A privatização, principalmente nos setores de petróleo, telecomunicações e energia elétrica, fez parte da fase de ajuste fiscal.

QUESTÃO 41

No período de 1962 a 1967 a economia brasileira apresentou taxas de crescimento de quase 4% ao ano, a metade da taxa média do crescimento do período anterior (desde o pós-guerra). Há um debate na literatura econômica sobre as causas da desaceleração econômica do início dos anos 1960. Alguns analistas dizem que o modelo de crescimento baseado no processo de substituição de importações tinha chegado ao seu limite, com a maturação do bloco de investimentos do período do Plano de Metas. Para esses analistas, a explicação estaria na natureza cíclica do investimento e a solução seria o próprio aprofundamento do processo de substituição de importações. Outros analistas, contudo, focam a explicação para a crise na condução da política econômica, sendo a má condução dessa política ou o próprio personalismo político o/a responsável pela crise. No início dos anos 1960, a crise seria solucionada com várias reformas econômicas após 1964 e com a implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Sobre esse Plano, infere-se que:

- a) A reforma tributária tinha como o objetivo tornar o sistema de arrecadação de impostos mais eficiente, por meio de distribuição de poder de arrecadação para estados e municípios.
- b) As reformas no mercado de capitais tinham como objetivo a abertura da economia ao capital externo, de risco e investimento externo direto, facilitando a remessa de lucros estrangeiros para o exterior.
- c) A reforma da política salarial tinha como objetivo criar regras que tornassem o reajuste salarial mais justo e eficiente. O ajuste salarial pela produtividade e pelo “resíduo inflacionário” tornaram o ajuste mais justo.
- d) As reformas do sistema financeiro tinham como objetivo a criação de mecanismos de financiamento para a sustentação do processo de industrialização já em curso, de forma não inflacionária.
- e) O objetivo do governo, com as reformas, era promover um mercado de títulos públicos para diminuir a dependência de financiamento pela política monetária. Assim, foram criadas as Letras do Tesouro Nacional, criando a correção monetária.

QUESTÃO 42

Antes das eleições de 2002, havia um discurso do Partido dos Trabalhadores de ruptura com a condução da política econômica do governo FHC. Guido Mantega, um dos membros destacados representando Lula, que era candidato a presidente na época, afirmou: “a meta de superávits primários de 3% (do PIB) de 2001 a 2004, contida na última Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é exagerada e suicida para uma economia que precisa de investimentos”.

(Valor Econômico, 10/05/2001, in: Giambiagi et al, 2011).

Observando o contexto apresentado e as primeiras medidas de política econômica do governo Lula, infere-se que:

- a) O quadro inflacionário crítico no início de 2003 exigiu um aperto da política monetária com elevação da taxa de juros e a política fiscal realizou corte de gasto público.
- b) A principal medida de política econômica inicial do governo Lula foi o programa social Fome Zero. Esse programa representava a grande ruptura com o governo FHC.
- c) A política econômica contracionista no início do governo Lula foi motivada pelo grande déficit na balança comercial (importação maior do que a exportação) brasileira.
- d) O governo Lula inaugurou uma nova etapa para o desenvolvimento do país, com políticas econômicas que tinham como objetivo reduzir a desigualdade do país.
- e) O governo Lula promoveu políticas econômicas (monetária e fiscal) expansionistas, necessárias para o crescimento do país depois de duas décadas perdidas (1980 e 1990).

QUESTÃO 43

Segundo alguns analistas, o desempenho da economia brasileira a partir de 2003 está relacionado ao bom desempenho da economia mundial até 2008. A partir de 2008, com a grande crise econômica mundial, o Brasil diminuiu seu ritmo de crescimento, mas o setor público não sofreu déficits como nos anos 1990. Uma das explicações para esse fato é que com a boa fase econômica mundial entre 2003 e 2008, o setor público brasileiro aproveitou para diminuir a dependência em relação à dívida externa. Nos anos 1990, o setor público era devedor líquido em dólares. A partir de 2003, com os sucessivos anos de acumulação de reservas internacionais devido ao dinamismo econômico mundial, o setor público brasileiro tinha se transformado em credor líquido do exterior. A partir de 2008, ocorreu uma crise econômica mundial que alterou alguns indicadores de desempenho da economia brasileira. A explicação adequada para o desempenho da economia brasileira no período de 2003 a 2010 é

- a) A principal medida de política econômica foi a política cambial com objetivo de aumentar o superávit comercial.
- b) O crescimento econômico do Brasil não resultou em melhora da sua posição externa, deteriorada com a crise de 2008.
- c) O saldo positivo na Balança Comercial do Brasil entre 2003 e 2008 é explicado pela quantidade e não pelo preço das exportações.
- d) O principal fator de explicação para o crescimento da economia brasileira no período 2002-2010 foi o crescimento do consumo total.
- e) A política econômica brasileira mudou, em 2006, com o aumento do gasto público e o afrouxamento dos superávits primários.

QUESTÃO 44

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi aprovada no Brasil após um período de crescente instabilidade macroeconômica. O ambiente macroeconômico até 1999, com grande mobilidade de capital externo e uma política cambial ativa, resultava em uma política monetária com juros elevados, prejudicial às contas públicas. A aprovação da LRF, que estabeleceu tetos para gasto com pessoal em cada um dos poderes da federação e mecanismos de controle das finanças públicas, bem com a crise cambial de 1999 e a posterior liberalização da taxa de câmbio, em parte, explicam a mudança de tendência da necessidade de financiamento do setor público. Nesse ambiente, foram criados vários instrumentos de planejamento. Em relação a esses instrumentos de planejamento, infere-se que:

- a) O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estratégico das entidades públicas e objetiva projetar a instituição em longo prazo.
- b) O zelo pela execução do superávit fiscal é um dos principais objetivos do Plano Plurianual (PPA) diante da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- c) A lei orçamentária possibilita a consignação da dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, não previsto no plano plurianual.
- d) A realização de despesas acima do limite previsto em lei ou norma técnica elaborada pelo Executivo não é possível segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- e) A compreensão das metas e prioridades da administração pública federal e o equilíbrio entre receita e despesa são atribuições da Lei de Orçamento Anual (LOA).

QUESTÃO 45

Suponha que o país “A” teve as seguintes movimentações no Balanço de Pagamentos (BP) no ano de 2013.

1. O país “A” exporta 5000 unidades monetárias (u.m.) em mercadorias.
2. O país “A” importa 2000 u.m. em mercadorias.
3. Os cidadãos do resto do mundo gastam 25 u.m. em viagens ao país “A”.
4. O país “A” paga 30 u.m. em frete de mercadorias importadas a empresas do resto do mundo.
5. O país “A” recebe doações de 15 u.m. do resto do mundo devido a enchentes que assolaram determinadas regiões do país.
6. Os cidadãos do resto do mundo recebem 110 u.m. em dividendos pagos por ações compradas no país “A”, e remetem esse valor para o seu país de origem.
7. Os cidadãos do país “A” recebem 145 u.m. em lucros de investimentos em atividades produtivas no resto do mundo.
8. Cidadãos do resto do mundo investem 250 u.m. na abertura de uma empresa no país “A”.
9. Cidadãos residentes no país “A” compram 400 u.m. em ações de empresas do resto do mundo.

Em relação a esse país “A”, no que concerne à situação do BP e suas contas no final do período, infere-se que:

- a) O saldo da Balança Comercial é positivo de 2970 u.m.
- b) A conta de serviços e rendas tem um saldo positivo de 30 u.m.
- c) A Conta Capital e Financeira apresenta um saldo negativo de 115 u.m.
- d) O Resultado do Balanço de Transações Correntes é 3030 u.m. positivo.
- e) O resultado do Balanço de Pagamentos do país “A” é positivo e de 2865 u.m.

QUESTÃO 46

Em conformidade com o Modelo Keynesiano Simples de demanda agregada com setor externo, qual análise é adequada?

- a) O efeito sobre o nível de produto agregado é nulo ao realizar uma variação dos gastos do governo e dos impostos no mesmo montante e direção.
- b) O imposto sobre a renda tem o efeito de estabilizar as flutuações sobre o produto agregado, pois diminui o valor do multiplicador Keynesiano.
- c) O aumento da propensão marginal a consumir está associado a uma diminuição da propensão marginal a poupar e do produto de equilíbrio.
- d) O produto de equilíbrio da economia é maior e o saldo da balança comercial é menor quanto maior a propensão marginal a importar.
- e) O nível de investimento da economia é diretamente correlacionado com o nível da taxa de juros.

QUESTÃO 47

O esquema abaixo descreve um jogo simultâneo, resumido na seguinte matriz de *pay-offs*.

| | | Jogador 2 | |
|------------------|-------|------------------|----------------|
| | | Esquerda | Direita |
| Jogador 1 | Alto | $\alpha, 2$ | 1, 1 |
| | Baixo | 0, 1 | β, β |

Analisando esse esquema, depreende-se que:

- a) Se $\beta = 2$, então “esquerda” é uma estratégia dominante para o jogador 2.
- b) Se $\alpha = 0$ e $\beta = -1$, então a estratégia *maxmin* para o jogador 1 seria jogar baixo.
- c) Se $\alpha = 2$ e $\beta = 2$, então o jogo possui um equilíbrio de Nash em estratégias puras.
- d) Se $\alpha = 3$ e $\beta = 0$, e os dois jogadores jogam uma estratégia *maxmin*, então o equilíbrio do jogo é (Alto, Esquerda).
- e) Se $\alpha = 1$ e $\beta = 3$ e o jogo é repetido um número infinito de vezes, ou seja, há cooperação entre os jogadores, então o resultado será (Alto, Esquerda).

QUESTÃO 48

A análise adequada em relação às teorias keynesiana, monetarista, novo-clássica e novo-keynesiana é:

- a) A curva LM apresenta uma alta elasticidade da demanda por moeda em relação aos juros segundo os monetaristas.
- b) A posição da curva de demanda agregada é determinada basicamente pelo nível de investimentos da economia na visão monetarista.
- c) Uma política monetária não antecipada pelos agentes econômicos não tem efeito algum sobre o nível de produto no longo prazo para os novo-clássicos.
- d) A rigidez dos salários monetários é um determinante fundamental para explicar o desemprego e o papel da oferta agregada na economia segundo os novo-keynesianos.
- e) A curva de Philips não varia do curto prazo para o longo prazo, visto que as expectativas dos trabalhadores com respeito aos preços permanecem inalteradas conforme os keynesianos.

QUESTÃO 49

Considerando os diferentes modelos teóricos de estrutura de mercado, infere-se que:

- a) No modelo de concorrência perfeita, uma empresa só deve deixar de operar, observada a condição de encerramento de operações, se o seu custo variável médio for maior que o preço de mercado.
- b) No modelo de Stackelberg, que considera a produção de um produto homogêneo e concorrência via preços, o resultado de mercado é semelhante ao resultado de concorrência perfeita.
- c) Na concorrência monopolística, o preço de equilíbrio de longo prazo é superior ao custo marginal de produção e o lucro é maior que o lucro em uma situação de concorrência perfeita.
- d) Em uma situação de monopólio, há perda líquida do excedente do produtor e do excedente do consumidor, o que gera o ônus do monopólio.
- e) Em um mercado em concorrência perfeita, a empresa se defronta com uma curva de demanda negativamente inclinada.

QUESTÃO 50

Em relação à teoria *schumpeteriana* e às estratégias de inovação, infere-se que:

- a) A teoria *neoschumpeteriana* propõe o rompimento com pressupostos metodológicos tradicionais, dentre estes o equilíbrio e a racionalidade limitada.
- b) Os limites do sistema de propriedade intelectual estão intimamente ligados com o grau de conhecimento tácito da tecnologia e a velocidade da difusão do conhecimento.
- c) A concorrência *schumpeteriana* é caracterizada pela busca permanente de diferenciação, por meio de estratégias que buscam vantagens competitivas através da redução do próprio poder de monopólio no mercado.
- d) A existência de sistemas de propriedade intelectual, que permitem proteções legais aos monopólios, na teoria *schumpeteriana*, tem o efeito de gerar ineficiência econômica, pois reduzem o bem-estar social ao longo do tempo.
- e) A existência de grandes barreiras à entrada em determinada indústria define a necessidade de investimentos em inovação, pois as empresas estabelecidas são sucessivamente ameaçadas pela entrada de novas empresas, que são potenciais concorrentes.

GABARITO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |

NORMAS QUE REGEM O SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

| | |
|----|--|
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

| | |
|----|--|
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

| | |
|----|--|
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |

ESTA FOLHA PODERÁ SER DESTACADA E LEVADA PARA CASA!